



Aos vinte e dois dias do mês de janeiro de dois mil e um, às 09:30 horas, na sala de Licitações da Prefeitura Municipal de São Marcos, reuniu-se a Comissão de Seleção designada pela Portaria nº 047/2021, com a presença dos seguintes componentes: Deise Maurina, Mariane da Rosa e Nicolli de Lima, com a finalidade de receber as propostas das organizações da sociedade civil para contratação de entidade para execução de equoterapia para os portadores de necessidades especiais, com a finalidade de proporcionar ao praticante portador de deficiência a prevenção e o tratamento de patologias, bem como a reabilitação e desenvolvimento de seu estado atual através do uso do cavalo, principalmente através do movimento tridimensional e multidirecional, conforme Edital de Chamamento Público nº 004/2020. A Comissão constatou que o Edital nº 004/2020, foi devidamente publicado no sítio eletrônico oficial do Município, no Facebook do Município de São Marcos e em jornal de grande circulação, conforme dispõe a Lei Federal nº 13.019/2014, art. 26 e Decreto Municipal nº 3.374/2016, art. 1º, § 4º, bem como no Mural de Publicação do Município, considerado Imprensa Oficial, pela Lei Municipal nº 1.877, de 21 de fevereiro de 2006. Fez-se presente a este chamamento público apenas a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de São Marcos, representada pela Srª Adriana Michelin, a qual apresentou a documentação solicitada no edital e o plano de aplicação/trabalho. A comissão verificou a documentação e constatou que o mesmo está de acordo, estando a entidade Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de São Marcos, habilitada a atender a finalidade e objeto da parceria conforme Edital de Chamamento Público nº 004/2020. Ainda, a comissão analisou e declarou estar aprovado o plano de trabalho apresentado pela entidade. Nada mais havendo a constar encerro a presente ata.

Handwritten signature: *Handwritten signature*

Representante da entidade

Ala. Ma

Shukla

पुष्पपत्रम्

o objeto do presente contrato é a prestação de serviços de consultoria e assessoria técnica, aprovada o plano de trabalho apresentado pela entidade. Nada mais havendo a constar encerro a presente ata.

Aos vinte e dois dias do mês de janeiro de dois mil e vinte e um, às 09:30 horas, na sala de Licitações da Prefeitura Municipal de São Marcos, reuniu-se a Comissão de Seleção designada pela Portaria nº 047/2021, com a presença das seguintes componentes: Deise Maurina, Mariana da Rosa e Nicoli de Lima, com a finalidade de receber as propostas e necessidades especiais, com a finalidade de proporcionar ao praticante portador de deficiência a prevenção e o tratamento através do movimento tridimensional e multidirecional, conforme Edital de Chamamento Público nº 004/2020. A constatação que o Edital nº 004/2020, foi devidamente publicado no sítio eletrônico oficial do Município, no Fórum Municipal de São Marcos e em jornal de grande circulação, conforme dispõe a Lei Federal nº 13.019/2014, art. 2º, inciso I, alínea "c", bem como no Mural de Publicação do Município, considerado impresso e acessível por todos os cidadãos, não houve necessidade de publicação adicional. O Município de São Marcos possui uma equipe multidisciplinar formada por profissionais especializados em fisioterapia, fonoaudiologia, psicologia, educação física, pedagogia, entre outros, capazes de oferecer atendimento especializado aos alunos com deficiência, visando à inclusão social e acadêmica.

“DOE SANGUE, DOE ÓRGÃOS, SALVE UMA VIDA”



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MARCOS - RS
CENTRO ADM. MUN. PREF. MANOEL RAMOS DE CASTILHOS

DESPACHO DE HOMOLOGAÇÃO

Ref.: Processo de Licitação nº. 519/2020.

Homologo o procedimento da Licitação nº. 519/2020, referente ao Edital de CHAMAMENTO PÚBLICO nº. 04/2020, para que a decisão nele referida produza seus jurídicos e legais efeitos e adjudicação seja feita em favor das empresas vencedoras, conforme decisão da Comissão de Seleção.

Ciência aos interessados, observadas as prescrições legais pertinentes.

São Marcos, 22 de janeiro de 2021.

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MARCOS - RS
CENTRO ADM. MUN. PREF. MANOEL RAMOS DE CASTILHOS

TERMO DE COLABORAÇÃO Nº. 003/2021



O MUNICÍPIO DE SÃO MARCOS, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CGC/MF sob nº 88.818.299/0001-37, com sede na Av. Venâncio Aires, nº 720, centro, cidade de São Marcos, RS, representado por seu Prefeito Municipal, no exercício de suas atribuições legais e regulamentares, doravante denominado Administração Pública e a Organização da Sociedade Civil **ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS SÃO MARCOS**, inscrita no CNPJ sob nº. 90.773.094/0001-24, situada a Av. Rua Professor Francisco Stawinski, nº 478, Bairro Francisco Donato CEP 95.190-000, Rio Grande do SUL - RS, neste ato devidamente representada pelo seu Presidente, Sr. Alda Iza Sandi Soldatelli, brasileira, casada, portador do RG nº 3022387041 SSP-RS, inscrito no CPF sob o nº 146.824.510-49, doravante denominada OSC, com fundamento na Lei Federal nº 13.019/2014, bem como nos princípios que regem a Administração Pública e demais normas pertinentes, celebram este Termo de Colaboração, na forma e condições estabelecidas nas seguintes cláusulas:

1. DO OBJETO

1.1. O presente Termo de Colaboração tem por objeto estabelecer as condições para a execução de atividade na área de Educação, através de equoterapia para os portadores de necessidade especiais, com a finalidade de proporcionar ao praticante portador de deficiência a prevenção e o tratamento de patologias, bem como a reabilitação e desenvolvimento de seu estado atual através do uso do cavalo, principalmente através do movimento tridimensional e multidirecional, conforme **Processo nº 521/2020, objeto de Chamamento Público nº 004/2020.**

2. DA TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA

2.1. A Administração Pública repassará a OSC o valor mensal de R\$ 4.457,83 (quatro mil quatrocentos e cinquenta e sete reais e oitenta e três centavos), conforme cronograma de desembolso, constante no Plano de Trabalho anexo a este Termo de Colaboração.

2.2. Para o exercício financeiro de 2021, fica estimado o repasse total de R\$ 53.493,96

(cinquenta e três mil quatrocentos e noventa e três reais e noventa e seis centavos), correndo as despesas à conta da dotação orçamentária 43090 da Secretaria de Educação, da Nota de Empenho nº. 923, de 29/01/2021.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MARCOS - RS
CENTRO ADM. MUN. PREF. MANOEL RAMOS DE CASTILHOS

2.3. Em caso de celebração de aditivos, deverão ser indicados nos mesmos, os créditos e empenhos para cobertura de cada parcela da despesa a ser transferida.

2.4. Na ocorrência de cancelamento de Restos a Pagar, o quantitativo poderá ser reduzido até a etapa que apresente funcionalidade, mediante aprovação prévia da Administração Pública.

3. DA CONTRAPARTIDA DA OSC

3.1. Não será exigida contrapartida financeira como requisito para celebração de parceria. A contrapartida será prestada em bens, serviços e atividades, cuja expressão monetária deverá ser identificada na proposta da organização da sociedade civil, em conformidade com o plano de gastos apresentado.

4. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

4.1. Compete à Administração Pública:

I - Transferir os recursos à OSC de acordo com o Cronograma de Desembolso, em anexo, que faz parte integrante deste Termo de Colaboração e no valor nele fixado;

II - Fiscalizar a execução do Termo de Colaboração, o que não fará cessar ou diminuir a responsabilidade da OSC pelo perfeito cumprimento das obrigações estipuladas, nem por quais danos, inclusive quanto a terceiros, ou por irregularidades constatadas;

III - Comunicar formalmente à OSC qualquer irregularidade encontrada na execução das ações, fixando-lhe, quando não pactuado nesse Termo de Colaboração prazo para corrigi-la;

IV - Receber, apurar e solucionar eventuais queixas e reclamações, identificando a OSC para as devidas regularizações;

V - Constatadas quaisquer irregularidades no cumprimento do objeto desta Parceria, a Administração Pública poderá ordenar a suspensão dos serviços, sem prejuízo das penalidades a que se sujeita a OSC, e sem que esta tenha direito a qualquer indenização no caso daquelas não serem regularizadas dentro do prazo estabelecido no termo da notificação;

VI - Aplicar as penalidades regulamentadas neste Termo de Colaboração;

VII - Fiscalizar periodicamente os contratos de trabalho que assegurem os direitos trabalhistas, sociais e previdenciários dos trabalhadores e prestadores de serviços da OSC;

VIII - Apreciar a prestação de contas final apresentada, no prazo de até cento e cinquenta dias, contado da data de seu recebimento ou do cumprimento de diligência por ela determinada, prorrogável justificadamente por igual período; e

"DOE SANGUE, DOE ÓRGÃOS, SALVE UMA VIDA"

AV. VENÂNCIO AIRES, 720 - CENTRO - 95190-000 - SÃO MARCOS / RS - FONE: (54) 3291.9900

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MARCOS - RS
CENTRO ADM. MUN. PREF. MANOEL RAMOS DE CASTILHOS



IX – Publicar, às suas expensas, o extrato deste Termo de Colaboração na imprensa oficial do Município.

4.2. Compete à OSC:

I – Utilizar os valores recebidos de acordo com o Plano de Trabalho aprovado pela Administração Pública, observadas as disposições deste Termo de Colaboração relativas à aplicação dos recursos;

II - Responder exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relativos ao funcionamento da instituição e ao adimplemento deste Termo de Colaboração, não se caracterizando responsabilidade solidária ou subsidiária da Administração Pública pelos respectivos pagamentos, nem qualquer oneração do objeto da parceria ou restrição à sua execução;

III - Prestar contas dos recursos recebidos nos termos da Lei Federal nº 13.019/2014, nos prazos estabelecidos neste instrumento;

IV - Indicar ao menos 1 (um) dirigente que se responsabilizará, de forma solidária, pela execução das atividades e cumprimento das metas pactuadas na parceria;

V – Executar as ações objeto desta parceria com qualidade, atendendo o público de modo gratuito, universal e igualitário;

VI - Manter em perfeitas condições de uso os equipamentos e os instrumentos necessários para a realização dos serviços e ações pactuadas, através da implantação de manutenção preventiva e corretiva predial e de todos os instrumentais e equipamentos;

VII - Responder, com exclusividade, pela capacidade e orientações técnicas de toda a mão de obra necessária à fiel e perfeita execução desse Termo de Colaboração;

VIII - Manter contrato de trabalho que assegure direitos trabalhistas, sociais e previdenciários aos seus trabalhadores e prestadores de serviços;

IX - Responsabilizar-se, com os recursos provenientes do Termo de Colaboração, pela indenização de dano causado ao público, decorrentes de ação ou omissão voluntária, ou de negligência, imperícia ou imprudência, praticados por seus empregados;

X - Responsabilizar-se por cobrança indevida feita ao público, por profissional empregado ou preposto, em razão da execução desse Termo de Colaboração;

XI - Responsabilizar pelo espaço físico, equipamentos e mobiliários necessários ao desenvolvimento das ações objeto desta parceria;



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MARCOS - RS
CENTRO ADM. MUN. PREF. MANOEL RAMOS DE CASTILHOS

XII - Disponibilizar documentos dos profissionais que compõe a equipe técnica, tais como: diplomas dos profissionais, registro junto aos respectivos conselhos e contrato de trabalho;

XIII - Garantir o livre acesso dos agentes públicos, em especial aos designados para a comissão de monitoramento e avaliação, ao gestor da parceria, do controle interno e do Tribunal de Contas relativamente aos processos, aos documentos e às informações referentes a este Termo de Colaboração, bem como aos locais de execução do objeto;

XIV - Aplicar os recursos recebidos e eventuais saldo saldos financeiros enquanto não utilizados, obrigatoriamente, em instituição financeira oficial indicada pela Administração Pública, assim como as receitas decorrentes, que serão obrigatoriamente computadas a crédito deste Termo de Colaboração e aplicadas, exclusivamente, no objeto de sua finalidade, devendo constar de demonstrativo específico que integrará as prestações de contas; e

XV - Restituir à Administração Pública os recursos recebidos quando a prestação de contas for avaliada como irregular, depois de exaurida a fase recursal, se mantida a decisão, caso em que a OSC poderá solicitar autorização para que o ressarcimento ao erário seja promovido por meio de ações compensatórias de interesse público, mediante a apresentação de novo plano de trabalho, conforme o objeto descrito no neste Termo de Colaboração e a área de atuação da organização, cuja mensuração econômica será feita a partir do plano de trabalho original, desde que não tenha havido dolo ou fraude e não seja o caso de restituição integral dos recursos;

XVI - a responsabilidade exclusiva pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal.

4.2.1. Caso a OSC adquira equipamentos e materiais permanentes com recursos provenientes da celebração da parceria, estes permanecerão na sua titularidade ao término do prazo deste Termo de Colaboração, obrigando-se a OSC agravá-lo com cláusula de inalienabilidade, devendo realizar a transferência da propriedade dos mesmos à Administração Pública, na hipótese de sua extinção.

5. DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS

5.1. O Plano de Trabalho deverá ser executado com estrita observância das cláusulas pactuadas neste Termo de Colaboração, sendo vedado:

- I - pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria;
- II - modificar o objeto, exceto no caso de ampliação de metas, desde que seja previamente aprovada a adequação do plano de trabalho pela Administração Pública;

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MARCOS - RS
CENTRO ADM. MUN. PREF. MANOEL RAMOS DE CASTILHOS



III - utilizar, ainda que em caráter emergencial, recursos para finalidade diversa da estabelecida no plano de trabalho;

IV - pagar despesa realizada em data anterior à vigência da parceria;

V - efetuar pagamento em data posterior à vigência da parceria, salvo quando o fato gerador da despesa tiver ocorrido durante sua vigência;

VI - realizar despesas com:

a) multas, juros ou correção monetária, inclusive referentes a pagamentos ou a recolhimentos fora dos prazos, salvo se decorrentes de atrasos da Administração Pública na liberação de recursos financeiros;

b) publicidade, salvo as previstas no plano de trabalho e diretamente vinculadas ao objeto da parceria, de caráter educativo, informativo ou de orientação social, das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal; e

c) pagamento de pessoal contratado pela OSC que não atendam às exigências do art. 46 da Lei Federal nº 13.019/2014.

5.2. Os recursos recebidos em decorrência da parceria deverão ser depositados em conta corrente específica na instituição financeira pública determinada pela Administração Pública.

5.3. Os rendimentos de ativos financeiros serão aplicados no objeto da parceria, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos.

5.4. Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à Administração Pública no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente da Administração Pública.

5.5. Toda a movimentação de recursos no âmbito da parceria será realizada mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária.

5.6. Os pagamentos deverão ser realizados mediante crédito na conta bancária de titularidade dos fornecedores e prestadores de serviços, exceto se demonstrada a impossibilidade física de pagamento mediante transferência eletrônica, caso em que se admitirá a realização de pagamentos em espécie.



6. DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

6.1. A prestação de contas deverá ser efetuada nos seguintes prazos¹:

- a) mensalmente, até o último dia útil do mês subsequente ao da transferência dos recursos pela Administração Pública;

b) até 30 dias do término de cada exercício (se a duração da parceria exceder um ano); e

até 30 dias a partir do término da vigência da parceria.

6.2. A prestação de contas final dos recursos recebidos, deverá ser apresentada com os

seguintes relatórios:

I - Relatório de Execução do Objeto, assinado pelo seu representante legal, contendo as atividades desenvolvidas para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados, a partir do cronograma acordado, anexando-se documentos de comprovação da realização das ações;

II - Relatório de Execução Financeira, assinado pelo seu representante legal, com a descrição das despesas e receitas efetivamente realizadas;

III - Original ou cópias reprográficas dos comprovantes da despesa devidamente autenticadas em cartório ou por servidor da administração, devendo ser devolvidos os originais após autenticação das cópias;

IV - Extrato bancário de conta específica e/ou de aplicação financeira, no qual deverá estar evidenciado o ingresso e a saída dos recursos, devidamente acompanhado da Conciliação Bancária, quando for o caso;

V - Demonstrativo de Execução de Receita e Despesa, devidamente acompanhado dos comprovantes das despesas realizadas e assinado pelo dirigente e responsável financeiro da OSC;

VI - Comprovante, quando houver, de devolução de saldo remanescente no momento da prestação de contas;

VII - Relatório circunstanciado das atividades desenvolvidas pela OSC no exercício e das metas alcançadas.

6.3. No caso de prestação de contas parcial, os relatórios exigidos e os documentos referidos

no item 6.1 deverão ser apresentados, exceto o relacionado no item VI.

¹ Ver art. 68, da Lei nº 13.019/2014.



7. DO PRAZO DE VIGÊNCIA

7.1. O presente Termo de Colaboração vigorará a partir de 01/02/2021 até 31/01/2022, podendo ser prorrogado mediante solicitação da organização da sociedade civil, devidamente formalizada e justificada, a ser apresentada à Administração Pública em, no mínimo, trinta dias antes do termo inicialmente previsto.

7.2. A prorrogação de ofício da vigência deste Termo de Colaboração será feita pela Administração Pública quando ela der causa a atraso na liberação de recursos financeiros, limitada ao exato período do atraso verificado.

8. DAS ALTERAÇÕES

8.1. Este Termo de Colaboração poderá ser alterado, exceto quanto ao seu objeto, mediante a celebração de Termos Aditivos, desde que acordados entre os parceiros e firmados antes do término de sua vigência.

8.2. O plano de trabalho da parceria poderá ser revisito para alteração de valores ou de metas, mediante termo aditivo ao plano de trabalho original.

9. DO ACOMPANHAMENTO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO

9.1. A Administração Pública promoverá o monitoramento e a avaliação do cumprimento do objeto da parceria, podendo valer-se do apoio técnico de terceiros, delegar competência ou firmar parcerias com órgãos ou entidades públicas.

9.2. A Administração Pública acompanhará a execução do objeto deste Termo de Colaboração através de seu gestor, que tem por obrigações:

- I - Acompanhar e fiscalizar a execução da parceria;
- II - Informar ao seu superior hierárquico a existência de fatos que comprometam ou possam comprometer as atividades ou metas da parceria e de indícios de irregularidades na gestão dos recursos, bem como as providências adotadas ou que serão adotadas para sanar os problemas detectados;
- III - Emitir parecer conclusivo de análise da prestação de contas mensal e final, com base no relatório técnico de monitoramento e avaliação de que trata o art. 59 da Lei Federal nº 13.019/2014;
- IV - Disponibilizar materiais e equipamentos tecnológicos necessários às atividades de monitoramento e avaliação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MARCOS - RS
CENTRO ADM. MUN. PREF. MANOEL RAMOS DE CASTILHOS

9.3. A execução também será acompanhada por Comissão de Monitoramento e Avaliação, especialmente designada.

9.4. A Administração Pública emitirá relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria e o submeterá à Comissão de Monitoramento e Avaliação designada, que o homologará, independentemente da obrigatoriedade de apresentação da prestação de contas pela OSC.

9.5. O relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria, sem prejuízo de outros elementos, conterá:

I - descrição sumária das atividades e metas estabelecidas;

II - análise das atividades realizadas, do cumprimento das metas e do impacto do benefício social obtido em razão da execução do objeto até o período, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no plano de trabalho;

III - valores efetivamente transferidos pela Administração Pública;

IV - análise dos documentos comprobatórios das despesas apresentadas pela OSC na prestação de contas, quando não for comprovado o alcance das metas e resultados estabelecidos neste Termo de Colaboração.

VI - análise de eventuais auditorias realizadas pelos controles interno e externo, no âmbito da fiscalização preventiva, bem como de suas conclusões e das medidas que tomaram em decorrência dessas auditorias.

9.6. No exercício de suas atribuições o gestor e os integrantes da Comissão de Monitoramento e Avaliação poderão realizar visita in loco, da qual será emitido relatório.

9.7. Sem prejuízo da fiscalização pela Administração Pública e pelos órgãos de controle, a execução da parceria será acompanhada e fiscalizada pelo conselho de política pública correspondente.

9.8. Comprovada a paralisação ou ocorrência de fato relevante, que possa colocar em risco a execução do plano de trabalho, a Administração Pública tem a prerrogativa de assumir ou transferir a responsabilidade pela execução do objeto, de forma a evitar sua descontinuidade.

10. DA RESCISÃO

10.1. É facultado aos parceiros rescindir este Termo de Colaboração, devendo comunicar essa intenção no prazo mínimo de 60 (sessenta) dias de antecedência, sendo-lhes imputadas as responsabilidades das obrigações e creditados os benefícios no período em que este tenha vigido.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MARCOS - RS
CENTRO ADM. MUN. PREF. MANOEL RAMOS DE CASTILHOS

12.2. Antes de promover a ação judicial competente, as partes, obrigatoriamente, farão tratativas para prévia tentativa de solução administrativa. Referidas tratativas serão realizadas em reunião, com a participação da Procuradoria/Assessoria do Município, da qual será lavrada ata, ou por meio de documentos expressos, sobre os quais se manifestará a Procuradoria/Assessoria do Município.

13. DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. Faz parte integrante e indissociável deste Termo de Colaboração o plano de trabalho

anexo.

E, por estarem acordos, firmam os parceiros o presente Termo de Colaboração, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para todos os efeitos legais.

Município de São Marcos, 21 de Janeiro de 2021.

Administração Pública
Evandro Carlos Kuwer
Prefeito Municipal

Organização da Sociedade Civil
Alda Iza Sandi Soldatelli
Presidente - APAE



Município de São Marcos
Av. Venancio Aires, Nº 720, SÃO MARCOS - RS - 95190-000

CNPJ: 88.818.299/0001-37

SOLICITAÇÃO DE AQUISIÇÃO DE MATERIAL / SERVIÇOS Nº 2021/348

Centro de Custo: 6 - SEC. EDUCAÇÃO

Data de Cadastro: 29/01/2021

Dados da Despesa

Exercício	Órgão	Unid.	Fun.	S.Fun.	Prog.	P/A	Rec.	Cat. Desp.	Despesa	Cód Total por Despesa
2021	6	3	12	367	113	2045	1	3335043010000000	INSTITUIÇÕES DE CARÁTER EDUCACIONAL, CULTURAL E SUBVENÇÕES SOCIAIS	43090
								3335043000000000	Projeto: AUXÍLIO A ENTIDADES	4330
									Órgão: 6 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	
									Fonte de Recurso: RECURSO LIVRE	

Dados da Licitação

Exercício / Número: 2020/4

Modalidade: 11 - CHAMAMENTO PÚBLICO

Objeto: 17 - PREST. SERVIÇOS

Itens do tipo solicitação de aquisição

Item	Despesa	Produto	Quantidade	Un. Medida
1	43090	9325 - PAGAMENTO REFERENTE A FORMALIZAÇÃO DE PARCERIA, ATRAVÉS DE TERMO DE COLABORAÇÃO COM OSC, EM REGIME DE MÚTUA COOPERAÇÃO COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, PARA EXECUÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS, COM A FINALIDADE DE PROPORCIONAR AO PRATICANTE PORTADOR DE DEFICIÊNCIA A PREVENÇÃO E O TRATAMENTO DE PATOLOGIA, BEM COMO A REALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO SEU ESTADO ATUAL, ATRAVÉS DO USO DO CAVALO, PRINCIPALMENTE ATRAVÉS DO MOVIMENTO TRIDIMENSIONAL E MULTIDIRECIONAL	11,0000	MES

Fornecedor 3187 - ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS APAE

Unitário 4.457,8300

Total 49.036,13

Complemento e Assinaturas

Processo: /	Secretário	Dir.Compras	Contador	Assessor Jurídico	Prefeito Municipal
Assinatura	Assinatura	Assinatura	Assinatura	Assinatura	() Autorizo
() /	() /	() /	() /	() /	() Sem Licitação
() /	() /	() /	() /	() /	() Com Licitação
() /	() /	() /	() /	() /	() Convite
() /	() /	() /	() /	() /	() Tomada de Preço
() /	() /	() /	() /	() /	() Concorrência
() /	() /	() /	() /	() /	() Leilão
() /	() /	() /	() /	() /	() Pregão
() /	() /	() /	() /	() /	() Registro de Preço

454

Município de São Marcos
Av. Venâncio Aires, 720, SÃO MARCOS - RS - 95190-000
CNPJ: 88.818.299/0001-37

ORDEN DE COMPRA Nº 2021 / 463 (1ª via).

Data de Emissão: 29/01/2021

Tipo Empenho: Ordinação

Nº Empenho:

Licitação: CHP - CHAMAMENTO PÚBLICO - 2020 / 4

Critério de Julgamento: MENOR PREÇO - NÃO SE APLICA

Objeto: PREST. SERVIÇOS

Observação do Objeto: PAGAMENTO REFERENTE A FORMALIZAÇÃO DE PARCERIA, ATRAVÉS DE TERMO DE COLABORAÇÃO COM OSC, EM REGIME DE

Fornecedor: **3187 - ASSOCIACAO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS APAE, CNPJ/CPF:**

90773094000124,

Endereço: RUA PROFESSOR FRANCISCO STAWINSKI, Nº: 478, Bairro: FRANCISCO DONCATTO, Cidade: SÃO MARCOS/RS, CEP:

Telefone: (54) 32911404, Email: saomarcos@apaeers.org.br

Banco: 542 - 041 - BANCO BANRISUL Agência: 880 Conta: 0600236801

Solicitação de Compra: Centro de Custo: 6 - SEC. EDUCAÇÃO

Solicitação de Aquisição: **2021/348**

Centro de Custo: 6 - SEC. EDUCAÇÃO

Forma de Pagamento: CF CONTRATO

Local de Entrega: CF CONTRATO

Prazo de Entrega: CF CONTRATO

Dados da Despesa

Exercício	Órgão	Unid.	Fun.	S.Fun.	Prog.	P/A	Rec.	Cat. Desp.	Despesa	Cód
2021	6	3	12	367	113	2045	1	33504301000000	INSTITUIÇÕES DE CARACTER ASSISTENCIAL	43090
								33504300000000	SUBVENÇÕES SOCIAIS	4330
								2045 - AUXÍLIO A ENTIDADES		
								Órgão: 6 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO		
								Fonte de Recurso: 1 - RECURSO LIVRE		

1	9325 - PAGAMENTO REFERENTE A FORMALIZAÇÃO DE PARCERIA, ATRAVÉS DE TERMO DE COLABORAÇÃO COM OSC, EM REGIME DE MÚTUA COOPERAÇÃO COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, PARA EXECUÇÃO DE EQUITERAPIA PARA PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS, COM A FINALIDADE DE PROPORCIONAR AO PRATICANTE PORTADOR DE DEFICIÊNCIA A PREVENÇÃO E O TRATAMENTO DE PATOLOGIA, BEM COMO A REALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO SEU ESTADO ATUAL, ATRAVÉS DO USO DO CAVALO, PRINCIPALMENTE ATRAVÉS DO MOVIMENTO TRIDIMENSIONAL E MULTIDIRECIONAL, COMPLEMENTO:	11,0000	4,457,8300	49,036,13
---	--	---------	------------	-----------

Total(R\$): **49.036,13**

Descrição: PROCESSO Nº. 521/2020

MARIANE DA ROSA
COMPRAS